



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI		
População em Situação de Rua		
Reunião: 15ª	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Finalidade: apurar o expressivo aumento da quantidade de moradores de rua em Belo Horizonte, bem como as graves denúncias a respeito do funcionamento dos abrigos na capital mineira		
Requerimento nº: 897/23		
Autoria: Fernando Luiz, Braulio Lara, César Gordin, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernanda Pereira Altoé, Gabriel, Henrique Braga, Irlan Melo, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Sérgio Fernando Pinho Tavares		
Data: 11/12/23		
Horário de início: 9h47min		Horário de encerramento: 12h32min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Braulio Lara, que registrou a presença dos vereadores Cleiton Xavier, Bruno Pedralva, Jorge Santos e Ciro Pereira, este em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada em 24/11/23.

REUNIÃO COM CONVIDADOS

Finalidade: “convidar os representantes da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU - para prestarem informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão”

Requerimento de Comissão nº: 3.122/23

Autoria: Braulio Lara



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Compuseram a mesa: a) o superintendente de Limpeza Urbana, Edson Fonseca Júnior; b) a diretora de Planejamento da SLU, Lidiane de Souza Monteiro; c) o diretor Operacional da SLU, Pedro Assis; d) o procurador do Município, Francisco Freitas.

O presidente agradeceu as presenças. Informou que uma oitiva para ouvir a SLU havia sido marcada anteriormente, mas ela coincidiu com a troca do superintendente de Limpeza Urbana. Disse que a SLU se relaciona ao tema das pessoas em situação de rua nos quesitos reciclagem, encaminhamento para o mercado de trabalho e limpeza. Pediu que Edson Fonseca falasse sobre seu currículo e trajetória profissional.

Edson Fonseca agradeceu o convite. Disse estar há apenas duas semanas à frente da SLU, que possui uma grande função social. Informou ser engenheiro civil e ter trabalhado na Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - como servidor de carreira por 42 anos, passando por diversas áreas. Informou ter se aposentado na Gerência de Manutenção da Regional Noroeste. Registrou que a limpeza urbana é uma preocupação do prefeito.

O presidente anunciou o objetivo da reunião com convidados.

O vereador Cleiton Xavier cumprimentou os presentes.

O vereador Bruno Pedralva afirmou que não poderiam encerrar esta CPI sem antes ouvir a SLU.

O vereador Jorge Santos parabenizou a PBH por ter enviado representantes da pasta.

O presidente comunicou ter visitado diversos equipamentos da Assistência Social e presenciado cenas de descaso e degradação. Falou sobre a situação da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

região da Lagoinha, onde a sujeira é visível para todos que passam. Perguntou qual é a percepção da SLU sobre o lixo na cidade e o que precisa ser feito para lidar com isso.

Edson Fonseca informou que a SLU faz operações de limpeza de quatro a cinco vezes por dia na Lagoinha e pretende fazer um trabalho de conscientização a respeito. Declarou que está buscando se inteirar das ações da SLU para que sejam aprimoradas de forma efetiva e urgente, seguindo recomendações do prefeito.

O presidente apontou que a SLU atua nos efeitos e não nas causas do fenômeno da população em situação de rua. Perguntou a Edson Fonseca qual é o principal fator que leva pessoas para a situação de rua na opinião dele.

Edson Fonseca disse que, pelo que leu, seria a questão familiar. Afirmou que as assistentes sociais trabalham muito o poder de convencimento para encaminhar as pessoas para abrigos. Registrou que está estudando formas em que a SLU possa contribuir inclusive nas causas.

O presidente perguntou o que ocasiona tanta concentração de resíduos e desorganização do espaço público na cidade, afirmando que a região da Lagoinha ilustra bem a questão, mas há vários outros pontos em situações similares.

Edson Fonseca informou que acontecem várias deposições clandestinas e espalhamento de resíduos por catadores autônomos em toda a cidade. Comunicou que Pedro Assis poderia detalhar mais essa questão.

O presidente observou que o cidadão paga a taxa de coleta de resíduos feita pela SLU. Perguntou quem é o proprietário do resíduo a partir do momento em que é armazenado em sacos e levado para fora das casas.

Edson Fonseca disse acreditar que o resíduo ainda pertença a quem o levou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para fora.

O presidente perguntou se o resíduo pertence a quem o levou para fora até que seja acomodado no caminhão de lixo, afirmando que sua pergunta é realmente provocativa. Disse ser importante entender a estrutura da limpeza urbana, pois, se as pessoas colocam os resíduos nas lixeiras de forma adequada e um catador autônomo rasga os sacos e os manipula incorretamente, são gerados efeitos colaterais. Perguntou qual o entendimento da SLU sobre esse aspecto.

Pedro Assis informou que a Lei nº 12.305/10, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não diz, do ponto de vista técnico, quem é o dono do resíduo posto no logradouro público. Afirmou que o gerador do resíduo tem a responsabilidade de levar o lixo para fora bem acondicionado e nos dias e horários permitidos. Explicou que a titularidade da limpeza urbana é do Município e que o entendimento é de que a responsabilidade pelo resíduo é do gerador até a coleta.

O presidente perguntou se é possível proibir a ação de catadores autônomos.

Pedro Assis respondeu que a atividade de catador está normalmente relacionada a situações de vulnerabilidade e à falta de qualificação do indivíduo. Acrescentou que a própria Organização das Nações Unidas - ONU - trabalha com o conceito de catador individual para garantia de sobrevivência, além do aspecto da compensação ambiental.

O presidente apontou que pessoas em atividades regulares têm regras a cumprir, mas, no caso de pessoas em grande risco social, certas atividades não possuem qualquer controle. Informou que, na região da Lagoinha, quem mais faz descarte de materiais não recicláveis são os próprios catadores, afirmando que é preciso entender as medidas de flexibilização da atividade, devido aos efeitos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

colaterais. Perguntou como a SLU interpreta essa situação.

Pedro Assis declarou que não é possível individualizar a tratativa com catadores, pois envolve aspectos sociais da população em situação de rua, além de ser um setor que, por ser informal, é de difícil estruturação e regulamentação. Destacou que a SLU não tem poder de polícia.

O presidente enfatizou que, no entanto, a regulação do espaço público é uma competência da PBH.

Pedro Assis afirmou que esse é um assunto intersetorial e precisa ser tratado como tal. Informou que esse tema foi analisado recentemente por um grupo de trabalho, que produziu um relatório com indicação de políticas públicas. Observou que nem toda pessoa em situação de rua trabalha como catadora, mas existe um limiar de sobrevivência que desafia a regulamentação da atividade.

Francisco Freitas informou que Lidiane de Souza havia comentado com ele sobre esse amplo estudo de diagnóstico e propostas para plano de ação.

Lidiane de Souza falou sobre o trabalho instituído por portaria em 2022 e concluído em abril, que gerou um diagnóstico e ações de curto, médio e longo prazo para a PBH. Registrou ter passado esse documento para aprovação de Edson Fonseca.

Edson Fonseca comunicou que ainda não teve tempo de ler o documento.

O presidente falou sobre a coleta seletiva de material reciclável em alguns bairros por meio de cooperativas. Perguntou por que essa iniciativa foi perdendo força.

Pedro Assis informou que há seis cooperativas e sete galpões de reciclagem na cidade, registrando que foram investidos R\$13 milhões em melhorias desses



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

locais. Comunicou que a PBH subsidia aluguel, água e luz e também fornece ajuda com empilhadeiras e prensas. Disse que 55 bairros são atendidos pela coleta porta a porta ou ponto a ponto e as cooperativas têm autonomia para fazer parcerias com empresas. Informou que um chamamento público está sendo preparado para intensificar o programa e novos galpões estão sendo identificados para serem cedidos a cooperativas.

O presidente reforçou o questionamento sobre a quem pertence o resíduo. Disse que acompanha o trabalho da Cooperativa de Materiais Recicláveis da Região Oeste de Belo Horizonte - Coopemar, uma das seis cooperativas que formam a rede da capital. Informou que, das 6 horas às 8h30min, catadores autônomos pegam todo o material nobre entre os recicláveis e, quando o caminhão chega para fazer a coleta, só resta a sobra, que é volumosa e ocupa os galpões, mas não gera dinheiro para as cooperativas e isso acontece em todas as regiões. Informou que já fez diversas visitas a cooperativas e elas reportam que não é possível fazer a rota mais cedo e não há fiscalização da PBH. Acrescentou que isso faz com que catadores autônomos ganhem mais que as cooperativas subsidiadas pela PBH. Perguntou se a SLU tem ciência dessa situação.

Pedro Assis respondeu positivamente. Disse que cercear a atividade de catadores autônomos é um tema difícil, mesmo porque a fiscalização da SLU não tem poder de polícia. Afirmou que a questão precisa ser discutida intersetorialmente.

O presidente informou o posicionamento da Assistência Social de que não podem ser cobrados sozinhos, pois é importante para essa pasta que as cooperativas funcionem bem e sejam possíveis locais de inserção de pessoas em situação de rua no mercado de trabalho. Apontou que, se o material reciclável nos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

locais públicos não pertence a ninguém, qualquer um pode ter acesso a ele e isso é o cúmulo da desordem.

Edson Fonseca informou que uma de suas primeiras ações à frente da SLU foi o plano de operação de final de ano para melhorar a limpeza na cidade. Comunicou que uma assessora da SLU tem visitado as cooperativas e levantado demandas, pois elas realmente estão ficando prejudicadas. Acrescentou que essas visitas gerarão dados que poderão ser enviados para a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - quando o estudo for concluído.

O vereador Bruno Pedralva perguntou qual a avaliação de Edson Fonseca sobre os pontos verdes.

Edson Fonseca informou que hoje existem na cidade 39 pontos verdes e a programação é ampliar esse número para 90. Disse que há um grupo de estudo para discutir a possibilidade de alterar o nome *ponto verde*, pois ele causa confusão na população.

Pedro Assis registrou que, em relação ao acompanhamento das cooperativas, há o Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte - FMLC-BH, que, há 30 anos, debate o tema dos catadores individuais com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG - e a sociedade civil. Informou que o fórum é um local importante para discutir políticas de recicláveis. Sobre os pontos verdes, acrescentou que esse sistema ponto a ponto foi implantado na década de 1990 e, em 2013 e 2018, ocorreram ações de ampliação e modernização. Declarou que, em breve, novos lugares da cidade receberão o sistema e a PBH vai seguir em busca da universalização da coleta seletiva no Município.

Lidiane de Souza comunicou que a coleta ponto a ponto atende a 55 bairros



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atualmente e um edital está sendo preparado para atender mais 8 bairros.

Edson Fonseca registrou que as nove regionais estão sendo consultadas para definição dos locais onde os novos pontos serão instalados.

O presidente disse que, no dia 26/10/23, a CPI fez uma visita técnica na região da Lagoinha e foi verificado um grande volume de materiais recicláveis rejeitados que acabam ficando no local. Afirmou que visitaram ferros-velhos e foram informados de que a atividade dos catadores gera dinheiro, pois uma pessoa focada e que monta uma carteira de clientes chega a ganhar até R\$100 por dia. Declarou que algumas pessoas, no entanto, só coletam materiais para ganhar o suficiente para sustentar o vício em álcool e outras drogas. Mencionou que a coleta dentro da Avenida do Contorno é feita à noite.

Pedro Assis complementou que a coleta é feita à noite de segunda a sábado.

O presidente apontou que os comércios fecham normalmente às 18 horas e a coleta começa às 19 ou 20 horas, ou seja, nesse intervalo, a cidade fica cheia de sacos de lixo nas ruas.

Pedro Assis informou que a coleta começa às 20 horas, mas destacou que a orientação é que o gerador coloque o lixo para fora com até 1 hora de antecedência.

O presidente argumentou que, se o comércio fecha às 18 horas, ninguém vai esperar até as 19 horas por causa do lixo e ainda há o caso dos bares, que ficam abertos até mais tarde. Afirmou que há um problema de logística.

Pedro Assis noticiou que o comércio entra na classificação de grandes geradores com a prerrogativa de fazer a coleta de forma particular, não sendo, portanto, obrigação do Município fazê-la. Reforçou que o sistema público prevê que o lixo seja colocado para coleta nos dias e horários estabelecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente afirmou que o problema logístico não pode ser ignorado, já que, a partir das 18 horas, quando os materiais começam a ser expostos nas ruas, começa o ciclo dos catadores noturnos. Informou que uma massa de pessoas revista o material gerado na região central e depois se dirige à região da Lagoinha para vender o que foi coletado. Chamou a atenção para o fato de que a Lagoinha é um local mais baixo, o que facilita o deslocamento dos catadores e seus carrinhos não mecanizados. Destacou, ainda, que existem catadores autônomos profissionais ou aventureiros e esses aventureiros percebem no local o que é vendável ou não. Disse que, com isso, o material nobre é entregue e o que não serve é descartado ali mesmo. Registrou que ferros-velhos estão cada vez mais presentes na região da Lagoinha.

Pedro Assis observou que o preço dos materiais no mercado de recicláveis flutua conforme oferta e demanda e, dessa maneira, os sucateiros nem sempre aceitam os mesmos materiais.

O presidente perguntou se seria possível perceber tanto material depositado na Lagoinha se não houvesse tanta gente trabalhando na região.

Pedro Assis afirmou que não poderia responder a pergunta, pois ela demanda estudo mais aprofundado.

O presidente afirmou que, se não houvesse tanta gente fazendo o garimpo de material na região central, não haveria tanto lixo nas ruas. Defendeu que toda empresa deveria passar pelo crivo da PBH, pois as pessoas trabalham em condições desumanas, sem equipamentos de proteção individual - EPIs - e vendem materiais sem pagar imposto. Reforçou que isso gera efeitos colaterais, fazendo com que a SLU tenha que recolher uma grande quantidade de lixo todos os dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pedro Assis registrou que a SLU tem uma equipe para fazer a limpeza da Lagoinha das 6h30min às 22 horas.

O presidente argumentou que isso não seria necessário se as pessoas descartassem os materiais corretamente.

Pedro Assis concordou, afirmando que a questão demanda estudos.

O presidente apontou que, se a SLU fizesse um plantão para observar a situação no local, constataria o que ele relatou.

Pedro Assis informou que a SLU cedeu 16 garis para ajudar a Subsecretaria de Fiscalização - Sufis - na abordagem direta, mas a demanda requer aprofundamento das relações.

O presidente destacou que as pessoas que trabalham nesse segmento preferem ser autônomas a trabalhar nas cooperativas. Anunciou ter conversado com o coronel Bicalho, que disse que o problema é orçamentário. Perguntou como está o orçamento da SLU para enfrentar tantas demandas.

Edson Fonseca respondeu que o orçamento é limitado e estão tentando marcar uma reunião com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG - para conseguir um orçamento que possibilite fazer frente a todas as demandas. Disse ter ficado sabendo da desapropriação de galpões na Lagoinha.

O presidente expressou ter visto essa informação na mídia, apontando que essa medida só vai levar o problema para outro local, pois o ecossistema vai continuar funcionando da mesma maneira.

Lidiane de Souza elogiou as colocações do presidente. Registrou que, no documento mencionado por ela anteriormente, há ações de médio prazo para estudar as centrais de triagem nas áreas centrais e outros pontos estratégicos, de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

modo a possibilitar que catadores façam o processo de triagem de forma segura e o problema comece a ser resolvido.

O presidente apontou que esse discurso existe desde a década de 1990, mas a realidade é que o atual processo da reciclagem prejudica a cidade e as cooperativas tornaram-se local de despejo de refugo, já que os materiais nobres não chegam até elas. Defendeu o respeito e a priorização das cooperativas de reciclagem.

Lidiane de Souza argumentou que as centrais de triagem podem trazer benefícios ambientais e sociais para a cidade e isso está sendo estudado.

Francisco Freitas mencionou comentário de Lidiane de Souza a respeito da integração das cooperativas.

Lidiane de Souza afirmou que o ideal é incorporar os catadores autônomos às cooperativas e centrais de triagem, de modo a interromper a triagem irregular e fortalecer a estrutura via cooperativa de reciclagem. Disse que os pontos verdes também estão se tornando locais onde as pessoas reviram o material sem critério e deixam a sobra de forma desordenada.

O presidente afirmou que o assunto envolve tanto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE, que deve criar políticas para os catadores, quanto a SLU, que deve propor políticas para aparar as arestas.

Edson Fonseca elogiou a fala do presidente e perguntou qual seria o caminho para a SLU na visão dele.

O presidente expressou que, por mais que os parlamentares tenham visões sobre os assuntos, o papel do Legislativo é fomentar o debate. Afirmou a necessidade de ouvir o Executivo para que o orçamento seja devidamente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

direcionado. Destacou que cabe ao prefeito entrar em campo e conduzir as secretarias municipais, pois as áreas impactam umas nas outras. Comunicou que sua posição é fazer questionamentos, mas, no relatório final da CPI, haverá propostas. Perguntou novamente quem é o dono do resíduo, pois, se alguém o pega antes da coleta da SLU, o cidadão está sendo prejudicado.

Elson Fonseca declarou que essa é uma pergunta de difícil resposta, sendo necessário criar um grupo de estudo para tentar respondê-la.

O presidente afirmou que não adianta discutir muito e não haver ações concretas. Mencionou visita feita ao Abrigo São Paulo, cujo entorno normalmente apresenta um grande volume de lixo, entulho e recicláveis. Disse que, no dia da visita, a PBH fez uma limpeza no local, deixando-o no “padrão Belvedere”, o que não ocorre nos outros 364 dias do ano. Informou que pessoas fazem estoque de material reciclável no local e perguntou como a SLU vai lidar com isso.

Pedro Assis informou que as abordagens seguem as diretrizes da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF - nº 976 e, havendo acúmulo, a PBH pode transferir os materiais, mas outros pertences não podem ser recolhidos.

O presidente apontou o fato de que as pessoas entendem que o material é delas e não integrado a um sistema de cooperativas.

Pedro Assis falou sobre as dificuldades de abordagem da população em situação de rua e de convencimento de levar o material reciclável para uma cooperativa. Disse que a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável - Asmare - é a mais bem inserida no sistema público e está passando por reforma. Acrescentou que ela tem autonomia e faz parcerias.

O presidente reforçou que as situações descritas nesta reunião atrapalham a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ação da SLU.

Pedro Assis apontou que atrapalham a sensação de limpeza.

O presidente enfatizou que a cidade está, de fato, suja. Comentou a situação do Bairro Buritis, onde o comércio abre às 10 horas e fecha às 18 horas, mas a coleta ocorre no início da manhã. Declarou que, com isso, os comerciantes colocam o lixo nas ruas na noite anterior e, de manhã, o material está todo espalhado. Informou ter sido presidente da associação de moradores do referido bairro e, na época, foi solicitado que a coleta passasse a ocorrer depois das 10 horas, mas a resposta da PBH foi negativa, pois a rota seria prejudicada. Expressou que não adianta forçar a barra com horários que não atendem à cidade e esse problema, ainda que difícil, precisa ser encarado.

Pedro Assis afirmou que é preciso se debruçar sobre a tratativa com grandes geradores, pois comércios e distribuidores em geral possuem regulação específica na política nacional. Registrou não saber sobre esse pedido de alteração, mas apontou que alterações de horário geram, sim, problemas.

O presidente questionou a respeito da fiscalização, afirmando que não é necessário tanto recurso, pois, organizando-se o básico, haverá ganhos. Informou ter comparecido ao último jogo do Clube Atlético Mineiro - CAM - no Mineirão e, ao caminhar pela orla da Lagoa da Pampulha, pôde ver lixeiras lotadas. Acrescentou que essa situação favorece que qualquer vento leve lixo para dentro da lagoa. Afirmou que, em dias de jogos, deve haver uma operação especial da SLU. Disse que, na região, há um ferro-velho que recebe material reciclável às margens de um córrego, que acaba recebendo muitos resíduos de refugo do processo. Declarou ser preciso aumentar a coleta e falar com o dono do ferro-velho sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

responsabilidade dele no processo, pois não adianta querer limpar a Lagoa da Pampulha se o lixo continuar sendo direcionado para lá.

Pedro Assis explicou que o Mineirão está em processo de licenciamento e a limpeza do entorno em dias de jogos é responsabilidade do estádio. Acrescentou que a Arena MRV já é responsável por essa limpeza e o Independência também será. Em relação ao córrego, disse que é necessário intensificar a limpeza e responsabilizar o gerador.

O presidente destacou que a responsabilidade é tanto do gerador, quanto do receptor, pois há uma rede de pessoas que atuam sem nenhum tipo de compromisso com o espaço público.

Lidiane de Souza declarou que a SLU e a PBH têm ciência de que a cidade está suja, apontando que houve corte de 30% do orçamento da limpeza urbana em 2016. Afirmou a necessidade de melhorar os contratos da limpeza de vias e informou que R\$46 milhões a mais foram aprovados para edital que será lançado e também para compra de novos cestos e manutenção dos existentes.

O vereador Cleiton Xavier questionou sobre o convênio para limpeza em torno do Mineirão.

Pedro Assis reforçou que o Mineirão é responsável pela limpeza.

O vereador Cleiton Xavier perguntou o que está para ser renovado.

Pedro Assis respondeu que se trata da licença de operação.

O vereador Cleiton Xavier perguntou qual o raio de atuação dessa limpeza.

Pedro Assis registrou que há um croqui para as zonas de impacto nas ruas adjacentes e o Mineirão já tem um plano de ação para lavagem das vias públicas, além de recolhimento e envio de material reciclável para cooperativas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Cleiton Xavier perguntou qual é a distância.

Pedro Assis respondeu não saber essa informação de cabeça, mas afirmou que poderá enviar à CPI toda a documentação.

O vereador Cleiton Xavier falou sobre os vários contratos, convênios e outros instrumentos e que a PBH espera o vencimento para começar a discutir os termos da renovação, o que impacta o bom funcionamento das políticas públicas. Sugeriu que essa questão seja discutida nas reuniões de trabalho do Executivo para que a população não fique prejudicada. Disse não saber se há algum impedimento legal para a discussão das renovações de forma antecipada.

Pedro Assis declarou que esse controle não é necessário por parte da SLU, já que os serviços de limpeza são de caráter essencial e continuado, mas os contratos dos serviços de limpeza urbana são sempre renovados em tempo hábil.

O presidente perguntou se há alguma ação específica para locais nos entornos de abrigos, onde pessoas em situação de rua comumente fazem triagem de material reciclável.

Pedro Assis explicou que a SLU trabalha em dois formatos operacionais: planejados e programados. Informou que todos os abrigos são atendidos por ações de coleta e varrição planejada e a Assistência Social pode solicitar ações em caráter de urgência.

O presidente citou caso da Rua Paulo Piedade, que sempre foi local de descarte de lixo, inclusive orgânico. Disse que foi feita uma indicação para a colocação de uma caçamba no local, mas a situação continua a mesma. Chamou a atenção para o fato de que pessoas que moram em barracões retiram seu lixo diariamente e, sabendo dessa informação, é necessário estudar novos padrões de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contratação para solucionar o problema, que ocorre em outros pontos da cidade.

Pedro Assis parabenizou o presidente por estar muito bem inteirado. Destacou que o problema tem origem na questão habitacional, mas a SLU possui equipes que atendem a vilas e favelas com limpezas rotineiras. Informou que a SLU fez mais de 20 ações no local mencionado, mas o problema extrapola muito a capacidade de remoção da superintendência, sendo necessário pensar em sistemas alternativos.

O presidente perguntou de quem seria a responsabilidade já que o problema extrapola a capacidade da SLU.

Pedro Assis apontou que parte do problema é da SLU, mas há uma comissão integrada de combate à acumulação que reduziu de 900 para 435 os pontos clandestinos de deposição. Afirmou que muitos dependem de intervenção urbanística.

O presidente expressou que gostaria de ver a SLU brigando por mais orçamento para ser mais efetiva frente às irregularidades.

Pedro Assis informou que trabalha na SLU há 12 anos e pode dizer que brigam muito pela cidade.

O presidente observou que a percepção do cidadão é de desorganização, apontando que os problemas envolvem várias esferas, como orçamento e logística.

Pedro Assis afirmou que caçambas criam um mecanismo de deseducação da população por potencializar deposições irregulares e incêndios.

O presidente destacou que a situação envolve pessoas que moram em barracões e não é razoável pedir que guardem resíduos no interior desses locais.

Pedro Assis concordou que é preciso criar alternativas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente anunciou que o orçamento será votado na reunião de Plenário nesta data e é possível ver que os números colocados no projeto de lei não priorizam as diversas falhas vistas pela cidade. Perguntou se garis precisam reportar descumprimentos de regras.

Pedro Assis afirmou que todos os contratos preveem que garis líderes reportem situações aos gerentes de Limpeza Urbana nas regionais.

Às 11h40min, o presidente prorrogou a reunião por 1 hora.

Perguntou qual a percepção da SLU sobre a limpeza urbana.

Pedro Assis respondeu que há acúmulo de resíduos em alguns pontos da cidade.

O presidente perguntou qual é o fluxo a ser seguido nesse caso.

Pedro Assis informou que a Sufis é acionada para abordar a população em situação de rua.

O presidente registrou a presença do vereador Helinho da Farmácia, suplente do vereador Fernando Luiz, e a presença remota do vereador Henrique Braga.

O presidente perguntou como a SLU interpreta a ADPF nº 976 na prática diária.

Pedro Assis informou que a SLU já trabalhava dessa forma anteriormente e as lavações só acontecem com a presença da pessoa em situação de rua. Acrescentou que, havendo algum problema, a lavação só ocorre após abordagem apropriada.

O presidente expôs entendimento da CPI de que os serviços de limpeza urbana são excelentes opções para reingresso de pessoas em situação de rua no mercado de trabalho, no escopo do Programa Estamos Juntos. Observou que a SLU



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

deveria flexibilizar a organização dos contratos de terceirizados para que a ideia fosse viabilizada.

Pedro Assis informou que a SLU é parceira do programa desde 2018. Registrou ter feito reuniões com as empresas e algumas estão aderindo a contratações pontuais. Destacou a natureza de alto desempenho dos serviços de limpeza urbana, o que implica incompatibilidades, pois pessoas em situação de rua não têm condições físicas nem disposição para desempenhá-los. Comunicou que 14 pessoas do programa já foram absorvidas pela SLU para fazer atividades mais pontuais.

O presidente sugeriu que a SLU abra frentes de trabalho mais específicas, não associadas a índices de performance. Destacou que é preciso oferecer muito mais que 14 vagas, tendo em mente que a cidade tem milhares de pessoas em situação de rua.

Pedro Assis afirmou que esse número é determinado pela SMDE, após processos satisfatórios de ressocialização. Informou que essa foi apenas uma primeira rodada, após a retomada do Programa Estamos Juntos.

O presidente perguntou quantas vagas a SLU planeja abrir.

Pedro Assis informou não possuir essa análise no momento.

O presidente enfatizou que essa é uma das principais informações que a SLU precisa repassar à CPI, pois, se não houver planejamento, haverá problemas futuros. Declarou que, enquanto CPI, não adianta ver assistentes sociais fazendo um grande trabalho se não há opções de habitação e vagas no mercado de trabalho na ponta do processo. Afirmou que um número precisa ser definido para garantir que as condições sejam previstas nos contratos e no orçamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pedro Assis noticiou a realização constante de reuniões sobre o Programa Estamos Juntos e avaliação de possibilidades de aproveitando. Destacou que estão atentos à demanda, mas não possuem um número determinado para informar.

O presidente anunciou que solicitará o envio desse número por escrito, afirmando que a PBH precisa assumir esse compromisso. Reforçou que a área da Limpeza Urbana é uma excelente opção de resgate da dignidade das pessoas por meio do trabalho.

O presidente apontou que a SLU precisa se planejar e brigar por mais orçamento se for o caso, para que os parlamentares possam apoiar a demanda. Perguntou a Edson Fonseca de que formas a CMBH pode contribuir com o trabalho da SLU.

Às 11h59min, suspendeu a reunião por 10 minutos.

Às 12h2min, os trabalhos foram retomados.

O presidente repetiu a pergunta.

Edson Fonseca respondeu que a CMH pode ajudar a SLU em questões orçamentárias. Anunciou que os pontos levantados nesta reunião serão analisados para que os efeitos sejam minimizados e a sensação de limpeza na cidade melhore. Disse que a CMBH deve sempre continuar a indicar pontos de melhoria. Reforçou que está à frente da pasta há poucos dias e solicitou o apoio de todos os presentes.

O presidente observou que o tema das pessoas em situação de rua é desafiador, pois sempre esbarra nos limites do que é considerado politicamente correto, mas é essencial levantar os problemas e encaminhar soluções. Mencionou comentário do vereador Helinho da Farmácia, que presenciou descarte incorreto de materiais, apontando a demora na fiscalização de denúncias. Questionou de que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adianta as pessoas fazerem o correto armazenamento do lixo se catadores vão abrir os sacos e espalhar o material. Questionou também de que adianta Belo Horizonte falar em reciclagem quando os centros recicladores estão localizados no Paraná e em São Paulo. Pediu que a SLU seja protagonista na resolução dos problemas em busca de uma cidade organizada.

O vereador Cleiton Xavier agradeceu as presenças. Informou que a CPI foi instituída com o objetivo de debater o aumento da população em situação de rua e como as pastas atuam nesse problema, que é multifatorial e intersetorial. Informou ter recebido uma mensagem a respeito de um abrigo onde indígenas venezuelanos estão sendo admitidos. Perguntou quais os valores e termos ajustados com os jesuítas que administram o local para atender a essas pessoas. Sugeriu que a comissão faça uma visita no local.

O presidente disse que a visita precisará acontecer, então, na próxima semana, em vista do recesso.

O vereador Bruno Pedralva afirmou que a SLU tem um papel importante dentro do projeto da cidade que queremos. Informou que a superintendência é pioneira no atendimento cuidadoso em vilas e favelas e saudou as servidoras e servidores da SLU. Disse ser servidor público municipal e que é preciso reconhecer o trabalho de cada profissional. Observou que a limpeza urbana também é fundamental no combate a enchentes.

O vereador Helinho da Farmácia afirmou que o problema é de todos e cabe aos vereadores irem às suas bases e analisar as demandas. Mencionou ter um amigo que chegou à situação de rua devido ao uso de drogas. Parabenizou o prefeito Fuad Noman pela iniciativa de ajudar pessoas em situação de rua a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ingressarem no mercado de trabalho.

O presidente anunciou que a CPI recebeu uma foto da situação do cruzamento entre as ruas Guaicurus e São Paulo.

Pedro Assis informou que poderia mostrar uma foto do mesmo local, que já está limpo. Destacou que a SLU está bastante atenta a esse ponto, que é objeto de deposição irregular todos os dias, sendo necessárias ações de limpeza de três a quatro vezes por dia.

O vereador Cleiton Xavier perguntou qual a origem do lixo naquele local.

Pedro Assis respondeu que o material é levado por lojistas e moradores e já foram feitas ações de educação ambiental e abordagens. Anunciou que uma nova ação no local foi solicitada à Sufis.

O presidente apontou que quem faz isso está agindo clandestinamente e, não havendo autuação, a situação continuará. Solicitou a exibição das imagens do antes e depois, o que foi feito.

Pedro Assis informou que a SLU faz serviços de coleta e lavação noturnas no local de segunda a sábado, além de ações corretivas conforme necessidade.

O presidente perguntou se o material que cobre o solo na imagem seria terra.

Pedro Assis respondeu que há descarte recorrente de chorume no local, causando abrasividade. Acrescentou que há fluxo intenso de pessoas no momento e a lavação será feita no fim do dia.

O vereador Cleiton Xavier perguntou se não seria possível colocar uma lixeira no local.

Pedro Assis afirmou que a situação pioraria, pois as pessoas achariam que o descarte no local está liberado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente perguntou o que será feito se for constatado que o descarte está sendo feito por pessoas em situação de rua.

Pedro Assis afirmou que a questão seria repassada para a Assistência Social.

O presidente disse que relativizar as questões para pessoas em situação de rua impede o trabalho efetivo em locais de grande movimentação de pessoas.

Bruno Pedralva disse que, no caso, não são pessoas em situação de rua, mas elas acabam utilizando os materiais descartados.

Pedro Assis apontou que múltiplos agentes descartam resíduos naquele local, como bares, restaurantes, residências, empreendimentos em obra etc. Destacou a eficiência da SLU em limpar o local em poucas horas.

O presidente citou o caso da Praça Barão do Rio Branco, onde pessoas em situação de rua recebem muitas marmitas e descartam o que sobra. Perguntou como a SLU tem encarado o desafio do reflexo das ações de caridade descoordenadas.

Pedro Assis informou que equipes atuam de forma imediata, inclusive com plantões em domingos e feriados.

O presidente perguntou se a questão é repassada para a Fiscalização.

Pedro Assis respondeu que é repassada para a Assistência Social.

O presidente agradeceu as presenças e disse que todos saem desta reunião com a missão de partir para a ação em busca de soluções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.



ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: ____/____/____
Comunicação de aprovação: ____/____/____
<div style="text-align: center; margin-top: 60px;"> <hr/> Presidenta/Presidente </div>